

## Acórdão nº 9.485/2016/Plenário-TCE/AC

**NATUREZA DO FEITO:** Processo nº 17.302.2013-01-TCE (C/ 02 Volumes e 03 Anexos)  
**ASSUNTO:** Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Senador Guimard, exercício de 2012.  
**RESPONSÁVEL:** Senhor James Pereira da Silva  
**RELATOR:** Conselheiro Antonio Jorge Malheiro

Prestação de Contas. Prefeitura. Condenação do Contabilista e do Gestor. Pagamento de multa. Encaminhamento ao Ministério Público Estadual para as providências que entender pertinentes.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à **unanimidade**, nos termos do voto do Conselheiro-Relator: **1) condenar** o contabilista, Senhor **Djalma Eduardo Cardoso**, ao **pagamento de multa**, no valor de **R\$ 3.570,00** (três mil, quinhentos e setenta reais), de acordo com o art. 89, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 38/93 c/c o art. 1.177, parágrafo único do Código Civil, em face das falhas contábeis: **a)** incorreção apresentada no valor informado da Receita Orçamentária; **b)** divergência verificada entre o valor total das Variações Ativas e o montante informado nas contas “Resultantes da Execução Orçamentária” e “Independentes da Execução Orçamentária”, ocorrida em virtude da falha apontada no subitem anterior; **c)** incorreção verificada no Resultado Patrimonial, apresentando resultado deficitário; **d)** não confirmação dos Bens Móveis; e **e)** descumprimento do art. 1º, § 1º e art. 9º, ambos da Lei de Responsabilidade Fiscal, em face do déficit na execução orçamentária do exercício, efetivando-se despesas sem autorização legislativa, resultando também em restos a pagar sem cobertura financeira; e **1.1)** bem como o Prefeito, Senhor **James Pereira da Silva**, ao pagamento de multa, no valor de **R\$ 14.280,00** (quatorze mil, duzentos e oitenta reais), em face das mesmas falhas e da execução de despesas sem prévia autorização legal, no valor de R\$ 1.512.710,67 (um milhão, quinhentos e doze mil, setecentos e dez reais e sessenta e sete centavos) e restos a pagar a descoberto, ações estas, previstas respectivamente, nos arts. 359-D e 359-B, ambos do Código Penal; **2) encaminhar** ao Ministério Público Estadual para as providências que entender pertinentes em face da infringência aos arts. 359-B e 359-D ambos do Código Penal; e **3) desapensar e arquivar o Processo TCE/AC nº 17.005.2013-01**, relativo ao Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 6º bimestre de 2012. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos. Ausentes, justificadamente, a Excelentíssima Senhora Conselheira Naluh Maria Lima Gouveia – Presidenta da Corte de Contas e, os

**(Acórdão nº 9.485/2016/Plenário-TCE/AC-FL.02 de 02)**

Excelentíssimos Senhores Conselheiros Valmir Gomes Ribeiro e Antonio Cristovão Correia de Messias.

**Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre  
Rio Branco – Acre, 07 de abril de 2016**

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**  
Presidente do TCE/AC

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**  
Relator

Fui presente:

**MARIO SÉRGIO NERI DE OLIVEIRA**  
Procurador-Chefe do MPE/TCE/AC